



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO TSE Nº 90025/2024

OBJETO:	Prestação de serviços especializados na manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o fornecimento de peças, ferramentas, materiais e insumos, pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável nos termos da lei.		
MODALIDADE: PREGÃO			
FORMA: ELETRÔNICA			
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis nº 14.133/2021, nº 13.709/2018 e IN SEGES nº 73/2022.			
REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global para os serviços de manutenção e, empreitada por preço unitário, para o fornecimento de peças de reposição.			
UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria de Polícia Judicial			
PROCESSO SEI Nº: 2023.00.000004959-0			
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço			
Objeto: <input type="checkbox"/> divisível por item <input type="checkbox"/> divisível por grupo <input checked="" type="checkbox"/> indivisível			
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 8/8/2024 , ÀS 14 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA)			
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.448.307,11 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil trezentos e sete reais e onze centavos)			
MODO DE DISPUTA DE LANCES: Aberto e Fechado		SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO	
EXCLUSIVA PARA ME/EPP: NÃO		RESERVA DE COTA PARA ME/EPP: NÃO	
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA: NÃO		PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA: SIM	
APLICAM-SE BENEFÍCIOS DA LEI Nº 123/2006: SIM		APLICA-SE MARGEM DE PREFERÊNCIA - ART. 26 DA LEI Nº 14.133/2021: NÃO	
RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO VIII DO EDITAL) 1. SICAF OU DOCUMENTOS EQUIVALENTES: NÍVEIS I, II, III, V e VI 2. CAPACIDADE TÉCNICA: SIM 3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: SIM			

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens e Imóveis
<p align="center">PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:</p> <p>ATÉ: 5/8/2024</p> <p>Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar, formular consultas, solicitar informações e obter esclarecimentos relativos à licitação, por escrito, pelo e-mail cpl@tse.jus.br ou pelo telefone 3030-8172 da secretaria da Comissão Permanente de Licitação.</p>
As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br .
CÓDIGO UASG TSE 070001

PREÂMBULO

O Tribunal Superior Eleitoral, sediado no Setor de Administração Federal Sul, SAFS Q. 7, Lotes 1 e 2, Brasília/DF, CEP 70095-901, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para prestação de serviços descritos no Anexo I deste Edital. A licitação será regida pelas Leis nº 14.133/2021 e nº 13.709/2018, IN SEGES nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

A sessão pública será aberta no **dia 8 de agosto de 2024, às 14 horas**.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços especializados na manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o fornecimento de peças, ferramentas, materiais e insumos, pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável nos termos da lei, consoante especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.2. Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

- 1.2.1.** Anexo I - Termo de Referência;
- 1.2.2.** Anexo I-I - Modelo de Proposta;
- 1.2.3.** Anexo I-II - Lista de Verificação (Termo de Recebimento Provisório e Definitivo);
- 1.2.4.** Anexo I-III - Designação de Preposto;
- 1.2.5.** Anexo I-IV - Equipamentos Existentes - Descrição Sumária (Não Exaustiva);
- 1.2.6.** Anexo I-V - Declaração de Vistoria dos Locais dos Serviços;
- 1.2.7.** Anexo I-VI - Exigências Técnicas para Avaliação da Proposta (Qualificação Técnica e Outros);
- 1.2.8.** Anexo I-VII - Penalidades;
- 1.2.9.** Anexo II - Preços Máximos para a Contratação;
- 1.2.10.** Anexo III - Declaração - Cumprimento art. 4º, § 2º, da lei 14.133/2021; e

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste pregão eletrônico, a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:

2.1.1. Ser previamente cadastrada no Portal de Compras do Governo Federal e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por intermédio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, que atuará como órgão provedor.

2.1.2. Enviar em campo próprio do sistema eletrônico a declaração virtual de que atende aos requisitos do §3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, se ME/EPP.

2.1.2.1. A declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas em lei.

2.1.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não se responsabilizando o Tribunal Superior Eleitoral por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

2.2 Será admitida a participação de empresas associadas na forma de consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. Nesta hipótese, deverão ser apresentados, juntamente com a proposta, os seguintes documentos:

2.2.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

2.2.1.1. A empresa líder do Consórcio deve ser responsável pelo gerenciamento das atividades e pelo relacionamento com a Administração em nome do Consórcio.

2.2.1.2. No caso de formação de consórcio com empresas estrangeiras que funcionem no Brasil, essas deverão apresentar ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Declaração expressa de responsabilidade solidária de todas as empresas consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na fase de execução do futuro contrato.

2.2.3. Compromisso expresso de cada empresa consorciada de não estar participando desta licitação por meio de outro consórcio ou isoladamente e, também, de não participar, direta ou indiretamente, do capital de qualquer outra empresa que esteja participando desta licitação por meio de outro consórcio.

2.2.4. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa concordância do TSE, observado o disposto no §5º, art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.2.5. As empresas consorciadas deverão promover a constituição e o registro do consórcio, se vencedor da licitação, antes da celebração do contrato, nos termos do compromisso de que trata o item 2.2.1 deste Edital.

2.3. A participação de cooperativas condiciona-se à observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. Nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, não poderão disputar licitação, direta ou indiretamente:

2.4.1. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação,

impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.4.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TSE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.4.4. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5. O impedimento de que trata o item 2.2.1 será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

2.6. Também não poderão participar:

2.6.1. Pessoas Físicas.

2.6.2. Agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da Legislação que disciplina a matéria.

2.6.3. Empresas em processo de recuperação judicial, sem plano de recuperação acolhido judicialmente ou certidão emitida pela instância judicial competente ou documento judicial compatível; em processo de recuperação extrajudicial; cuja falência tenha sido decretada; que se encontrem sob concurso de credores; e em dissolução ou em liquidação.

2.6.4. Empresas nas quais haja administrador ou sócio com poder de direção que tenha relação de parentesco com detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação ou com autoridade hierarquicamente superior no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral (Decreto nº 9.507/2018).

2.7. Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro acessará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica emitida pelo Tribunal de Contas da União <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> e o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf), a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital ou na legislação.

CAPÍTULO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. O

uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Superior Eleitoral, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A proposta de preços deverá ser enviada em formulário específico por meio do sistema eletrônico.

4.2. Nos termos do art. 19 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo, conforme item 5.4, e obedecerá às seguintes regras:

4.2.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.2.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item 5.4.

4.2.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.2.4. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo, parametrizado conforme o item 4.2, terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação. Este valor poderá ser disponibilizado de forma estrita e permanente apenas aos órgãos de controle externo e interno.

4.3 Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico - **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.4. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente cadastradas.

4.5. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de serviços com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

CAPÍTULO V – DA FASE COMPETITIVA

5.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2. Os lances serão ofertados pelo valor unitário (mensal) dos serviços.

5.3. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5.4. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de valores de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**.

5.5. Nos termos dos arts. 21 e 34 da IN SEGES nº 73/2022, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.6. O Pregoeiro ou a Comissão de Contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, sem prejuízo do direito de defesa.

5.7. Será adotado para o envio de lances neste Pregão Eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

5.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, que transcorrerá pelo período de até dez minutos, aleatoriamente determinado. Encerrada a etapa aberta, o autor da oferta mais vantajosa e aqueles com valores até 10% superiores serão convocados pelo sistema para que ofertem um lance final e fechado pelo prazo de até cinco minutos.

5.7.2. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições previstas no art. 24, §4º da IN nº 73/2022, os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de três, poderão apresentar um lance final e fechado no prazo de até cinco minutos. Esses lances permanecerão sigilosos até o encerramento do prazo.

5.7.3. Após o término da fase de disputa, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.8. Após a fase de disputa, conforme consta no inciso I do §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, o sistema identificará as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes.

5.8.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o § 2º do art. 44 da LC nº 123/2006.

5.8.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

5.8.3. A obtenção dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser apresentada juntamente com a proposta de preços a declaração constante do Anexo III deste Edital, para fins de comprovação do enquadramento.

5.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.10. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da fase de disputa do Pregão Eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. Caso haja necessidade de suspensão, a sessão será reiniciada somente após a comunicação expressa no Quadro Informativo, no menu Avisos na página do Pregão Eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de disputa, após verificadas as condições de

participação do Capítulo II, o Pregoeiro solicitará, no prazo de duas horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, bem como de documentos complementares, se necessário; e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e em relação ao valor máximo estimado para a contratação, conforme definido no Anexo II deste Edital.

6.2. O Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, exclusivamente pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelas demais licitantes, em especial nos casos da proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresentar preço superior ao máximo definido para a contratação; e

6.2.1. No caso de negociação, a empresa deverá aceitar o valor negociado no campo específico do sistema.

6.3. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Será desclassificada a proposta que contiver vícios insanáveis, que não obedecer às especificações exigidas no Edital, que permanecer com preço superior ao estimado e ainda, que não tiver sua exequibilidade demonstrada através de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado.

6.5. Será considerado indício de inexecuibilidade da proposta, propostas com valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do Pregoeiro ou da Comissão de Contratação, quando o substituir, que comprove:

6.5.1. Que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.5.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

CAPÍTULO VII – DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance, juntamente com os documentos de que trata o item 2.2 deste Edital (no caso de consórcio de empresas) e com os documentos complementares solicitados pelo Pregoeiro, se necessário, deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção "**Solicitar envio de Anexo**", no prazo de duas horas.

7.1.1. embora o critério de julgamento da licitação seja o de menor preço global, a licitante deverá apresentar o preço individual de cada item da planilha, constante do Anexo I-I deste Edital;

7.2. O prazo definido no item 7.1 poderá ser prorrogado, quando:

7.2.1. solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

7.2.2. de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Capítulo.

7.3. No caso de ME/EPP, juntamente com proposta, deverá ser encaminhada declaração de cumprimento de que trata o item 5.6.2 Capítulo V, aos moldes do Anexo III do Edital.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1. Contiver vícios insanáveis;

7.4.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de

Referência;

7.4.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

7.4.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

7.6. No caso de consórcio, a proposta deverá indicar a participação específica de cada consorciada na execução do objeto, bem como os respectivos CNPJ de faturamento, em atenção ao art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

CAPÍTULO VIII – DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, será exigida a regularidade do cadastramentoda licitante perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, nos níveis I, II,III, V e VI conforme art. 6º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018, devendo ainda comprovar, o descrito neste Capítulo.

8.2. A regularidade do cadastramentodas licitantes perante o SICAF,nos níveis exigidos será verificada mediante consulta *on-line* ao sistema.

8.3. A regularidade referente ao nível VI do SICAF trata tanto da da Certidão Negativa de falência, recuperação judicial ourecuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica quanto do balanço patrimonial que deverá comprovar o disposto no item 8.5 e subitens deste Capítulo.

8.4. Exigências de Qualificação Técnica Profissional e Operacional:

8.4.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá apresentar:

8.4.1.1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica operacional em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante executou a contento serviço compatível com o descrito no Termo de Referência.

8.4.1.1.1. Será considerada compatível a prestação de serviço de manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio , comprovando-se no mínimo:

8.4.1.1.1.1. Manutenção em edificação com sistema de detecção e alarme de incêndio com 8 painéis controladores de laço; 1300 detectores analógicos endereçáveis (térmico, fumaça ou múltiplo sensores); 1 detector de gás; 4 detectores lineares e 25 módulos endereçáveis de entrada e saída.

8.4.1.1.2. Para efeitos de comprovação técnica operacional, os quantitativos solicitados poderão ser obtidos pela soma de atestados.

8.4.1.2. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica profissional, registrado(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) que o(s)

profissional(ais) que será(ão) responsável(eis) técnico(s) pela execução do objeto prestou(aram) serviços com características compatíveis com o objeto do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

8.4.1.2.1. Será considerado serviço compatível:

8.4.1.2.1.1. Manutenção de sistema de detecção e alarme de incêndio com detectores analógicos endereçáveis da marca Apollo Fire (Discovery) e Central de supervisão e alarme analógica endereçável da marca Global Fire.

8.4.1.2.2. Será admitido o somatório de atestados.

8.4.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução.

8.4.1.4. Comprovar de que faz parte do seu quadro técnico o(s) profissional(ais) detentor(es) do(s) atestado(s) de capacidade técnica profissional. Esta comprovação deverá ser feita com a apresentação da cópia da CTPS, contrato de prestação de serviços, contrato social ou, ainda, por meio de declaração de contratação futura do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s), desde que acompanhada de declaração de anuência do(s) profissional(is).

8.4.1.5. Certidão de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA , referente ao ano-exercício em pauta.

8.4.1.6. Certificado de Credenciamento (CRD) do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), válido, nos termos da Norma Técnica nº 006/2000-CBMDF, com fulcro no Art. 67 da Lei n.º 14.133/2021.

8.5. Para fins de habilitação econômico-financeira, serão exigidos:

8.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.5.2. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de. exercício dos dois últimos exercícios sociais, assinados pelo representante legal e pelo contabilista responsável, exigíveis e apresentados na forma da lei, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios

8.5.3.Em relação ao último exercício social:

8.5.3.1 Em relação ao último exercício social, deverão ser comprovados índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos da seguinte forma:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

8.5.3.1.1. Serão considerados na forma da lei o balanço

patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

8.5.3.1.1.1. publicados em Diário Oficial; ou

8.5.3.1.1.2. publicados em jornal de grande circulação; ou

8.5.3.1.1.3. por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; ou

8.5.3.1.1.4. por cópia extraída do Livro Diário - devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

8.5.3.1.1.5. por cópia extraída do Livro Diário, com o respectivo comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil, juntamente com o termo de autenticação eletrônica realizada pela Junta Comercial; ou

8.5.3.1.1.6. outros meios permitidos pelas normas de regência.

8.5.3.1.2. Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado, juntamente com esses documentos, o memorial de cálculo correspondente.

8.5.3.1.3. As demonstrações contábeis das empresas com menos de 2 (dois) anos de existência devem cumprir a exigência contida na lei, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último exercício.

8.5.3.1.4. Poderão ser exigidas das empresas, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

8.6. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

8.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.9. Os documentos de habilitação não abrangidos pelo SICAF ou, em caso de necessidade de atualização de documento vencido, deverão ser enviados pela licitante melhor classificada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro pela opção "**Solicitar envio de Anexo**", nos termos do §3º, do art. 29 da IN SEGES nº 73/2022.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pela

licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de abertura das propostas.

8.11. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, após a fase de julgamento e também após a fase de habilitação, no prazo concedido pelo sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em campo próprio do sistema, no prazo de até três dias úteis, contados do encerramento da sessão pública.

9.2.1. Transcorrido o prazo de apresentação das razões, inicia-se o prazo para envio das contrarrazões, que será de até três dias úteis.

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de três dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de dez dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no inciso II do §1º, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas de atos insuscetível de aproveitamento.

9.6. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, observado o art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO X – DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação, a licitante vencedora será convocada, pelo *e-mail* informado na proposta, para assinar o termo de contrato (Anexo IV deste Edital), no prazo de cinco dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.2. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.2.1. Caso nenhuma das licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de licitação, poderá:

10.2.1.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

10.2.1.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem

classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.3.1. A regra não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item **10.2.1.1**.

10.4. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido.

10.5. Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a entrega dos bens em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos termos do item **10.2.1**.

10.6. A emissão da nota de empenho em favor da contratada só deverá ser efetuada após consulta ao CADIN, conforme estabelece o art. 6º da Lei nº 10.522/2002.

10.7. Declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP – Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234/2012, **se for o caso**, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo IV da referida IN.

10.8. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá indicar preposto, conforme Anexo I-III deste Edital e, ainda, apresentar a seguinte documentação:

10.8.1. Comprovação de que a empresa e seus dirigentes não possuem condenação por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao que está previsto no art. 1º e no art. 170 da Constituição Federal de 1988; no art. 149 do Código Penal Brasileiro; no Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, (promulga o Protocolo de Palermo) e nas Convenções da OIT, no art. 29 e no art. 105.

10.8.1.1. A comprovação será feita mediante Certidão Judicial de Distribuição ("nada consta" ou "certidão negativa") da esfera criminal, da Justiça Comum (Federal e Estadual) da adjudicatária e de seus dirigentes.

10.9. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XI - DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1 A contratada deverá entregar o faturamento com toda documentação exigida para liquidação e pagamento da despesa referente aos serviços executados no período, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo.

11.2. O atesto do **objeto contratual executado** se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto (NTA). O fiscal administrativo terá o prazo de 4 (quatro) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo à unidade técnica responsável pelo pagamento, a partir do recebimento do documento fiscal acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos para liquidação e pagamento da despesa.

11.3. O pagamento dos serviços objeto deste Pregão será efetuado, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil, a partir da atestação da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

11.3.1. As despesas com o fornecimento de peças de reposição substituídas (item 3.2 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital) serão pagas **por reembolso a título de ressarcimento**.

11.3.2. Para as peças que não constarem da planilha contratual constante do Modelo de Proposta - Anexo I-I deste Edital, deverá ser observado o limite de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), **por ano** de vigência da contratação, conforme condições estabelecidas no item 3.2 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

11.4. Ficará suspenso o prazo para emissão da NTA, pelo período definido pela FISCALIZAÇÃO, nos casos em que a contratada for notificada a apresentar esclarecimentos e documentos. Após o prazo estabelecido, caso a contratada não sane as pendências, a FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA indicará a correspondente ressalva na NTA, e a liquidação poderá seguir com possibilidade de aplicação de glosas/sobrestamentos, até que haja os devidos esclarecimentos/comprovações.

11.5. O pagamento a ser efetuado em favor da contratada estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

11.6. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista.

11.7. No primeiro e no último mês de vigência contratual, os valores correspondentes à manutenção, serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos), por dia, do valor mensal dos serviços, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias. Nos meses subsequentes, para efeito de pagamento, será considerado o mês de 30 (trinta) dias.

11.8. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

CAPÍTULO XII – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

12.1. Os preços poderão ser alterados, para **manter** o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, após o interregno mínimo de 1 (um) ano da data-base do reajuste, mediante negociação entre as partes.

12.2. Para efeito do disposto no item 12.1 deste Capítulo, será apreciada a possibilidade aplicação do índice setorial do IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou seja, **06/05/2024**.

12.3. O reajuste será analisado de ofício durante a vigência da contratação, por ocasião da avaliação anual da vantagem econômica da manutenção do contrato, bem como antes da eventual prorrogação.

12.4. Em razão da data de aniversário do contrato, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto. Na impossibilidade

de renúncia ao reajuste, os cálculos serão realizados pela unidade técnica do contratante e submetidos à validação da contratada.

12.5. Na ocorrência de índice negativo, a Administração deverá avaliar a vantagem econômica na manutenção do contrato, ou na sua prorrogação.

CAPÍTULO XIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

13.2. Assegurados o contraditório e a ampla defesa, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.3. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o TSE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

13.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

13.5. Além das sanções previstas neste Capítulo, o Contratado estará sujeito às sanções previstas no Anexo I-VII deste Edital.

CAPÍTULO XIV - DA PROTEÇÃO DOS DADOS

14.1. Ao participar da presente licitação, as pessoas jurídicas ficam cientes de que o TSE, com fundamento no art. 7º, II e III, c.c. o art. 23 da Lei nº 13.709/2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018.

14.2. Nos termos do art. 16 da Lei nº 13.709/2018, os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

14.2.1. Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

14.2.2. Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

14.2.3. Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos; ou

14.2.4. Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

14.3. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

14.3.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

14.3.2. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

14.3.3. A contratada obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

14.3.4 Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a contratada e seus representantes ficam cientes do acesso pelo contratante de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

CAPÍTULO XV – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. A despesa decorrentada prestação dos serviços objeto deste pregão correrá à conta dos créditos orçamentários consignados à Justiça Eleitoral no Orçamento da União, para o Exercício de 2024 na Natureza de Despesa 33903916- Manutenção e Conservação de Bens e Imóveis.

CAPÍTULO XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

16.2. O documento apresentado pela licitante em língua estrangeira deverá vir acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa.

16.2.1. A tradução poderá, inicialmente, ser apresentada em tradução livre. Entretanto, para fins de assinatura do contrato, deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.3. TODOS OS ATOS DO CERTAME SERÃO REGISTRADOS EM TEMPO REAL, EXCLUSIVAMENTE NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL.

16.4. O TSE facultará a realização de vistoria, nos locais de execução dos serviços constantes do Anexo I deste Edital, às empresas interessadas em concorrer, com fins de análise e elaboração de suas propostas.

16.5. A vistoria poderá ser realizada pela empresa, em dias úteis, de 10h às 18h e agendada com antecedência mínima de 24 horas pelo telefone (61) 3030-7177 ou 3030-7178, podendo ser realizada até a data de abertura das propostas.

16.6. Não será permitida vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

16.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

16.8. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão será reiniciada somente após a comunicação expressa no Quadro Informativo, no menu Avisos na página do Pregão Eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), com no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

16.9. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou solicitar esclarecimentos relativos à licitação, por escrito, pelo e-mail cpl@tse.jus.br ou pelo telefone (61) 3030-8172 da Comissão Permanente de Licitação.

16.10. As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, ou seja, até o dia 5/8/2024.

16.11. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br> - e no Sistema de Licitações do TSE - <https://silic.tse.jus.br/silic/pages/internet/licitacao/index.faces> - e vincularão as licitantes e a Administração.

16.12. Os pedidos de vista aos procedimentos administrativos devem ser

encaminhados a Ouvidoria/TSE e formalizados nos termos da Instrução Normativa TSE nº 14/2022 (artigo 79, § único), por *e-mail*, no endereço eletrônico ouv@tse.jus.br, ou nos telefones (61) 3030-8700 e 0800-648-0005.

ADAÍRES AGUIAR LIMA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em **22/07/2024, às 10:47**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](http://leis.legislativo.gov.br/L11419-2006).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2950618&crc=785C4ADC, informando, caso não preenchido, o código verificador **2950618** e o código CRC **785C4ADC**.

2023.00.000004959-0

Documento nº 2950618 v3